

O SISTEMA DE CONSULTA PROSOPOGRÁFICA COLONIAL E A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO DOCUMENTAL

PERFIL SOCIAL E TRAJETÓRIAS EM PERNAMBUCO, 1640-1822

THE PROSOPOGRAPHY DATABASE AND THE DISSEMINATION OF DOCUMENTAL INFORMATION

SOCIAL PROFILE AND TRAJECTORIES IN PERNAMBUCO, 1640-1822

KALINA VANDERLEI SILVA | Professora da Universidade de Pernambuco (UPE). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Coordenadora do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina/UPE.

WELBER CARLOS ANDRADE DA SILVA | Doutorando em História pela Universidade de Évora, Portugal. Bolsista da Capes. Pesquisador do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina/UPE.

CARLOS BITTENCOURT LEITE MARQUES | Professor da UPE. Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pesquisador do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina/UPE.

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar o Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial – Siconp (financiado por CNPq/UPE), enquanto ferramenta de disponibilização de informação histórica sobre a América colonial portuguesa pela *web*, e discute as potencialidades da divulgação digital de fontes históricas e dados documentais.

Palavras-chave: prosopografia; inventários; repositórios digitais.

ABSTRACT

This paper presents the Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial – Siconp, a prosopography database (sponsored by CNPq/UPE), aimed at disseminating historical information about the colonial history of the Portuguese America through the web. It also discusses the potential of initiatives related to digital dissemination of historical sources and documental data.

Keywords: prosopography; inventories; digital repositories.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar el Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial – Siconp (patrocinado por CNPq/UPE), que desea ayudar a los estudios sobre la historia de la América colonial portuguesa por medio de la *web*, y analiza el potencial de difusión digital de las fuentes históricas y datos documentales.

Palabras clave: prosopografía; inventarios; repositorios digitales.

O SISTEMA DE CONSULTA PROSOPOGRÁFICA

O Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial – Siconp (CNPq/UPE) é um sistema digital de consulta de dados biográficos de personagens históricos – especificamente aqueles oriundos da capitania de Pernambuco – cujo objetivo primeiro é construir uma base de referências prosopográficas – ou seja, de referências biográficas em série – que possa servir de suporte à pesquisa em história social, moderna e colonial, disponibilizando tal base através da *world wide web (web)*. Voltado para a comunidade de historiadores, esse sistema busca facilitar a pesquisa histórica, catalogando e disponibilizando referências relativas à documentação colonial concernente a esta região, espalhada em diferentes acervos nacionais e estrangeiros. Mas, ao disponibilizar também as transcrições documentais – e não apenas os documentos digitalizados, de difícil leitura – ele permite ainda que tais fontes sejam lidas e consultadas por um público não especializado, o que inclui professores de ensino fundamental e médio.

Os dados que compõem o acervo do Siconp são relativos à capitania de Pernambuco entre 1640 e 1822: um período de consolidação das estruturas da colonização portuguesa nas Américas, e no qual as elites da referida capitania desempenharam um papel ativo e influente por todo o Estado do Brasil. De fato, esse é um período clássico e um dos marcos fundadores e fundamentais da historiografia brasileira, e, como tal, constantemente revisitado pelos historiadores brasileiros e brasilianistas. Apesar disso, a construção/reconstrução desse recorte crono-espacial, a América açucareira colonial, é dificultada pelas próprias fontes: em sua maior parte, tais fontes eram originalmente documentos oficiais da administração colonial, e apesar de consideravelmente numerosos, tais registros estão hoje espalhados em diferentes arquivos, e não apenas no Brasil e em Portugal, mas também na Espanha e Países Baixos, por exemplo. E se não é raro que muitos deles se encontrem em precário estado de conservação, todos eles exigem do estudioso o domínio das técnicas paleográficas para sua leitura.

Essa coleção de fatores torna complicada a síntese analítica que deve constituir o trabalho historiográfico. Mas a gradual disponibilização de dados documentais e de fontes históricas na *web* é um ideal almejado por muitos no intuito de tornar a construção dessa síntese não apenas mais fácil, porém também mais completa.

E é nesse contexto que o Siconp se insere, apresentando-se como uma nova ferramenta na construção de uma historiografia colonialista mais completa, integrando essa tendência que tem instigado importantes iniciativas como o Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura, e o Projeto Ultramar – Resgate da Documentação Histórica, da UFPE. Nascido a partir do projeto Sistema de Consulta Prosopográfica: Perfil Social, Trajetória e Documentação de Pernambuco Colonial (1640-1822), financiado pelo Edital Universal/CNPq-2011 e desenvolvido pelos pesquisadores do GEHSCAL (Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina, da UPE), o Siconp funciona como um banco de dados de livre acesso, no qual os pesquisadores podem consultar informações, referências documentais e ter acesso a transcrições integrais e parciais de documentos alusivos a personagens históricos atuantes no espaço estendido da capitania de Pernambuco,

entre a segunda metade do século XVII e as primeiras décadas do século XIX. O banco de dados é constantemente alimentado por historiadores e pode ser consultado em <<http://www.projetosiconp.org/index.php>>.

Seu foco na capitania de Pernambuco se justifica por ter sido esta, por séculos, um centro político e econômico de grande influência sobre a América portuguesa como um todo, e sobre as capitanias do Norte do Estado do Brasil em particular. Por sua vez, e sem esquecer a dinâmica e diversificada estrutura social intrínseca a essa capitania, a ênfase desta base de dados recai sobre a elite açucareira colonial estabelecida nos centros políticos da província em questão: isso se explica pela relevância histórica que essa elite – em geral composta por senhores de engenho e lavradores de cana de açúcar, mas a partir do século XVIII integrada também por grandes mercadores – assumiu no processo de conquista territorial e na implantação das estruturas coloniais na América portuguesa (Silva, 2010). Além disso, a própria configuração mestiça desses grupos sociais garante que, ao estudar a elite açucareira, o historiador vá descortinando todo um complexo cenário que vai bem além dos senhores de engenho.

O Siconp foca tanto a disponibilização de informações documentais quanto de transcrições integrais dos documentos pesquisados. No caso das informações que compõem a base de dados prosopográficos, e estão postas em fichas, elas fazem referência a questões como as propriedades possuídas, os laços familiares, a etnia, os cargos e postos militares dos personagens biografados, indicando sempre as referências documentais onde tais informações podem ser encontradas. Por outro lado, uma parte importante do banco de dados é aquela que traz as transcrições integrais dos documentos mencionados nas fichas, tão mais relevantes quando consideramos que a habilidade técnica exigida para a leitura da documentação colonial, a habilidade paleográfica, normalmente restringe o acesso às informações contidas nesses registros, tornando-os acessíveis apenas aos especialistas.

Com relação às ferramentas computacionais usadas, o Siconp foi desenvolvido a partir do *software* Scriptcase PHP Generator, de edição e criação de sistemas para a internet, que suporta a maior parte dos bancos de dados. Tal *software* é executado diretamente no navegador que permite gerenciamento de aplicações *web* colaborativa. A partir daí, a arquitetura do *site* permite que os pesquisadores insiram os dados, incluindo transcrições, acessando a página com senhas específicas, fornecidas pelos coordenadores. Esses dados, por sua vez, ao serem salvos no sistema, podem ser acessados a partir de qualquer computador interconectado à base de dados central, usando o ambiente da internet, sem necessidade de senhas ou de instalação de *softwares* específicos, permitindo, assim, a maior divulgação possível da coleção de referências documentais e de transcrições. A interface do *site* possibilita ainda que o mesmo possa ser acessado através de dispositivos móveis com tecnologia Android.

As informações documentais, no formato de fichas prosopográficas, estão acessíveis a partir de uma pesquisa nominal ou simplesmente alfabética na interface “pesquisa” do *site*. Cada ficha disponibiliza, além das informações biográficas, as referências documentais e arquivísticas pertinentes e, se possível, as transcrições. Em alguns casos, várias fichas são

disponibilizadas para um mesmo personagem, em virtude da riqueza documental relativa ao mesmo (consultar Antonio Gonçalves Caldeira, por exemplo, em <<http://www.projetosiconp.org/pesquisa.php>>).

Por sua vez, no que diz respeito à documentação que fornece as informações que alimentam o sistema, a pesquisa original foi realizada pela equipe de pesquisadores em diferentes repositórios. Foram consultados acervos em Recife, Rio de Janeiro e Lisboa, destacando-se o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; a Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro; o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), também no Rio de Janeiro; o Memorial da Justiça do Estado de Pernambuco, no Recife; além do Arquivo Histórico Ultramarino, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco e do Projeto Ultramar (UFPE), e da documentação digitalizada pertencente ao acervo digital do GEHSCAL e originária dos seguintes acervos: a 5ª Superintendência Regional do Iphan, o Acervo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Recife, o Arquivo Público Jordão Emerenciano do Estado de Pernambuco e o Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Antônio, todos no Recife.

Contudo, essa etapa está bem longe de terminar, tanto porque o *site* se encontra em franco processo de alimentação, um processo lento devido ao próprio volume de informações coletadas, quanto pelo fato de que a própria natureza do banco de dados está fundada na constante busca por informações, o que significa que essa alimentação não deverá cessar.

Tudo isso, é importante frisar, tem como objetivo principal a democratização de informação e a difusão de conhecimento. A propagação de acesso à documentação histórica tem sido uma tendência crescente no mundo: os arquivos estão, cada vez mais, se dedicando à digitalização de seus acervos, em uma tentativa tanto de preservação quanto de divulgação. De fato, tal tendência é tão forte que deu origem a toda uma normatização internacional com vistas à regulamentação dos registros arquivísticos através das novas tecnologias da informação (Rodríguez Bravo, 2007, p. 361).

Seguindo essa tendência, vários acervos internacionais como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (<<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>), em Lisboa, e o *Portal de Archivos Españoles – Pares* (<<http://pares.mcu.es/>>) disponibilizam acesso à sua documentação digitalizada através da *web*. No entanto, o Siconp, não sendo um arquivo ou repositório documental, sustenta uma proposta diferenciada uma vez que não é seu objetivo disponibilizar a documentação fotografada, mas os dados documentais relativos a um tema específico (a prosopografia das elites açucareiras coloniais) e as transcrições documentais. Sua inovação está especificamente na disponibilização de tais transcrições, visto que a elaboração desse produto, em um processo lento e difícil, mas fundamental para o trabalho historiográfico, depende de um conjunto de técnicas e competências nem sempre possuído pela maioria dos historiadores. E ao disponibilizar essas informações na rede, é possível também alcançar um público amplo de professores não especialistas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do ensino de história no Brasil.

Considerando outro aspecto do sistema, é relevante notar que a opção pela prosopografia da elite açucareira como tema para as informações armazenadas no banco de dados, res-

ponde a uma historiografia em desenvolvimento, aquela que está interessada na formação das elites coloniais (Bicalho; Fragoso; Gouvea, 2010). De fato, apesar desse interesse crescente por todo Brasil pela história de um dos grupos sociais mais atuantes em termos de política colonial, muitas lacunas se apresentam e uma vastidão documental permanece intocada. A metodologia prosopográfica, por seu turno, associada à clássica história social, ainda é inovadora no que respeita às elites açucareiras, com poucos historiadores se dedicando a ela, até agora.¹ E na verdade, longe dos estudos sobre as elites, e no que tange às capitâneas do norte do Estado do Brasil colonial como um todo, tal metodologia é ainda menos utilizada, devido à dificuldade de sistematização de grandes volumes de informação documental, uma exigência da prosopografia, ou seja, pelo fato de que o interesse historiográfico tem sido depositado em outras abordagens teóricas.

O objetivo maior da metodologia prosopográfica é transformar o grupo biografado em um 'tipo ideal' que pode ser examinado enquanto caso exemplar sociológico, e para atingir esse objetivo se faz necessário uma grande quantidade de dados (Montagner, 2007). Ou seja, é uma metodologia firmada na história serial, e apenas possível a partir da constituição de um banco de dados. Segundo Lawrence Stone, em texto clássico e definitivo sobre essa metodologia, a mesma pode ser usada para responder a dois grandes problemas historiográficos: a origem das ações políticas, e as mobilidades sociais: "o propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior" (Stone, 2011, p. 116). Ou seja, ao traçar uma radiografia de um determinado grupo social, por meio de sua biografia coletiva e da construção de seu perfil, seria possível entender as mudanças ocorridas dentro dele ao longo de um determinado período, assim como as raízes sociais de suas ações.

Nesse sentido, deve-se considerar que não é função do Siconp realizar a síntese analítica dos dados coletados e compor análises historiográficas. Essa tarefa, a de transformar os dados em conclusões, é deixada para os historiadores que venham a usar o banco de dados, sendo a função primeira do sistema a de constituir a série de informações tão vital para a história social, servindo, assim, de ferramenta para a mesma.

Dentro desse contexto, um dos acervos mais significativos para a construção desse banco de dados é o Memorial de Justiça de Pernambuco. Arquivo permanente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a documentação sob sua guarda é aquela que, tendo perdido seu valor administrativo, já não serve mais à atividade fim desta instituição, mas é preservada por sua importância histórico-cultural. E ao separar em um repositório próprio esses documentos não mais pertinentes às atividades da Justiça atual, o Memorial terminou por criar um dos acervos mais relevantes de Pernambuco, ainda mais importante pelo ineditismo historiográfico de sua documentação.

1 Importante ressaltar, todavia, o trabalho de George Felix Cabral de Souza, pioneiro na prosopografia das elites coloniais de Pernambuco: Souza, 2007.

Nele é possível encontrar, além da documentação produzida pela administração judiciária ao longo de séculos, também mapas, fotografias e livros escritos por magistrados de todo o país. Mas são mesmo os processos judiciais que compõem sua massa documental, organizados em processos de primeira e segunda instância, e documentação do segundo grau, de alguns órgãos que antecederam o Tribunal de Justiça, como, por exemplo, os extintos Tribunal da Relação, Corte de Apelação e Tribunal de Apelação (Valle, 2005). Em números quase absolutos, os processos de primeiro grau compreendem um período cronológico que vai de meados dos setecentos até o ano de 1959.

Essa enorme massa documental está dividida por fundos, ou seja, *conjuntos de documentos de uma mesma proveniência*, que no caso desses processos se referem às comarcas nas quais foram produzidos e/ou recebidos (Arquivo Nacional, 2005). E hoje se encontram disponíveis para consulta fundos relativos às comarcas de Afogados da Ingazeira, Águas Belas, Bonito, Bodoquê, Bom Conselho, Cabo, Cabrobó Correntes, Escada, Exu, Flores, Floresta, Gameleira, Glória de Goitá, Goiana, Justiça Federal (Superior Tribunal de Justiça), Nazaré da Mata, Ipojuca, Ouricuri, Paudalho, Recife, São Bento do Una, Serra Talhada, São Lourenço da Mata e Triunfo.

Dessa ampla coleção documental, são os inventários que mais têm contribuído para a construção do Siconp. De fato, a subsérie Inventário é uma das mais ricas peças constituinte desse acervo. Ela permite observar o cotidiano, propiciando ao historiador a percepção de fragmentos das condições materiais e não materiais da região em que o mesmo foi produzido. E é sobre ela que o interesse do Siconp tem se dedicado.

Se os inventários dificilmente podem ser considerados uma fonte nova ou pouco usual na historiografia, até hoje foram pouco explorados no que tange à sociedade urbana das vilas açucareiras da capitania de Pernambuco colonial, e menos ainda no que se trata do sertão colonial. Isso se explica pela difícil localização de inventários anteriores ao século XIX, situação que está gradualmente sendo alterada com a divulgação do acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco e sua rica coleção de inventários setecentistas, pertencentes a uma diversidade de personagens, homens e mulheres, das vilas açucareiras e sertanejas.

De forma geral, a historiografia vem se debruçando cada vez mais sobre os inventários enquanto fonte para o cotidiano na América portuguesa, principalmente no século XVIII, quando tais documentos podem ser encontrados em diversas regiões. Produzidos em grande quantidade devido à necessidade da Coroa de controlar as heranças e transmissões de propriedades dentro das famílias, eles se tornaram vitais para diferentes abordagens historiográficas, desde os estudos de demografia histórica (Faria, 2011) até os de história do cotidiano (Pereira, 2011). Isso porque as diversas peças judiciais que compõem o inventário, como a petição inicial, a lista de herdeiros, os arrolamento de bens, partilha, arrolamento das dívidas e em alguns casos os testamentos, propiciam uma série de informações de natureza genealógica, sociológica, religiosa, cultural e econômica que pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Assim, do ponto de vista da historiografia, os inventários são fontes incontestáveis. Por outro lado, da perspectiva da prosopografia das elites da capitania de Pernambuco no século XVIII, eles apenas começaram a demonstrar seu potencial.

Em primeiro lugar é preciso considerar que o esforço burocrático régio em resguardar os impostos relativos à transmissão de heranças fez com que a prática de inventariar se dispersasse através do império português, criando toda uma burocracia que podia ser encontrada mesmo em áreas onde a presença do Estado era escassa, como o sertão das capitâneas do norte do Estado do Brasil no século XVIII. Dessa forma, ao registrar a ação de tabeliães e escrivães em comarcas sertanejas, produzindo longos processos de inventários muitas vezes relativos a distantes propriedades fundiárias, esse tipo de registro colonial permite um vislumbre da presença do Estado português no interior das capitâneas do norte no século XVIII. Uma presença ainda cercada de lacunas.

Em segundo lugar, os inventários de comarcas como Flores, Paudalho, Bonito, ao registrarem longas listas de bens possuídos pelo inventariante e deixados para seus herdeiros, bens que incluem desde mobiliário até escravos, permitem a reconstrução de uma elite colonial também muito cercada de lacunas, a elite colonial sertaneja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto em construção, e considerando a carência de análises profundas sofrida por parte tão considerável da história das capitâneas do norte do Estado do Brasil – uma grande parte das quais tendo estado por vários séculos sob controle direto ou indireto da capitania de Pernambuco –, é que o Siconp encontra sua função principal de facilitar a relação do historiador com as fontes primárias. Seu amplo repertório de informações documentais tanto se define como a tão necessária série de dados para a construção de uma radiografia das elites coloniais, quanto, ao democratizar transcrições de documentos os mais diversos, pode também facilitar pesquisas sobre história cultural e social, com informações sobre cultura material, relações sociais, crenças e valores.

E de todos os repositórios documentais pesquisados e almejados por esse sistema, talvez o mais inovador seja mesmo o acervo do Memorial de Justiça de Pernambuco, com sua vastidão de documentos, sobretudo inventários setecentistas, ainda tão pouco explorados pela historiografia colonialista. Sem dúvida, serão os inventários e testamentos referentes aos moradores das comarcas sertanejas aqueles a trazerem as informações mais valiosas, tanto mais pelo ineditismo dos estudos sobre a região. Tais registros já estão se apresentando como imprescindíveis ao descortinar a vida material e cultural nos sertões, demonstrando grande potencial também para a construção de uma história que conecte os distintos recantos do império português, observados a partir da circulação de pessoas, produtos e culturas.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BICALHO, Maria Fernanda B.; FRAGOSO, J.; GOUVEA, M. F. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MONTAGNER, Miguel Angelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

PEREIRA, Ana Luiza Castro. Lençóis de linho, pratos da índia e brincos de filigrana: vida cotidiana em uma vila mineira setecentista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, jul./dez. 2011.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. Los repositorios de información, guardianes de la memoria digital. *Anales de Documentación*, n. 10, p. 361-374, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. 1. ed. Recife: Cepe – Comp. Editora de Pernambuco, 2010.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. 2007. Tese (Doutorado), Universidade de Salamanca, Salamanca, 2007.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

VALLE, José Ferraz Ribeiro do. *Uma Corte de Justiça do Império: o Tribunal da Relação de Pernambuco*. 2. ed. Recife: Tribunal da Justiça de Pernambuco, 2005.

Repositórios digitais

Arquivo Nacional Torre do Tombo. Governo de Portugal.

<<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>>

Portal de Archivos Españoles – Pares.

<<http://pares.mcu.es/>>

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Ministério da Cultura, 1995.

<http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php>

Projeto Ultramar – Resgate da Documentação Histórica. Universidade Federal de Pernambuco.

<<http://www.liber.ufpe.br/ultramar/>>

Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial. Siconp/CNPq/UPE.

<<http://www.projetosiconp.org/index.php>>

Recebido em 9/7/2014

Aprovado em 21/1/2015